



## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO EM 28.06.2017

Aos 28 dias do mês de junho de 2017, compareceu à sede da 3ª Vara Trabalho de Passo Fundo, o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0003362-81.2017.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Marcelo Caon Pereira, pela Juíza Substituta Cássia Ortolan Grazziotin, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 07.12.2011

**Data da última correição realizada:** 05.05.2016

**Data de Implantação do PJe:** 17.09.2014

**Jurisdição:** Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhanos, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria e Água Santa

**Período Correcionado:** de 1º.01.2016 a 28.06.2017

**Dados estatísticos coletados para o Mapeamento Global de Desempenho (MGD):** 1º.06.2016 a 31.05.2017

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz	Cargo	Lotação
Marcelo Caon Pereira	Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária	Desde 01.03.2017
Cássia Ortolan Grazziotin	Juíza do Trabalho Substituta lotada	Desde 09.02.2017
Evandro Luís Urnau	Juiz do Trabalho Substituto lotado	Desde 18.07.2016
Táise Sanchi Ferrão	Juíza do Trabalho Substituta lotada	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2017)



## 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria n. 04/2016 da Corregedoria Regional deste TRT, as Varas do Trabalho de Passo Fundo e o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau pertencem à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Nessa circunscrição, vigora o regime de lotação plúrima, atuando, como Juízes Titulares, a Juíza Cristiane Bueno Marinho (1ª Vara do Trabalho), Luciano Ricardo Cembranel (2ª Vara do Trabalho), Marcelo Caon Pereira (3ª Vara do Trabalho) e Odete Carlin (4ª Vara do Trabalho); e, como Juízes Substitutos, os Juízes Evandro Luís Urnau; Taíse Sanchi Ferrão e Cássia Ortolan Grazziotin.

## 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Motivo	Total
1	Rachel Hochmann de Freitas	Juíza do Trabalho Titular da Unidade Judiciária de 23.11.2015 a 17.04.2016		04 meses e 25 dias
2	Rozi Engelke	Juíza do Trabalho Titular da Unidade Judiciária de 18.04.2016 a 28.02.2017		10 meses e 11 dias
3	<b>Marcelo Caon Pereira</b>	<b>Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária desde 01.03.2017</b>		03 meses e 28 dias
4	<b>Evandro Luis Urnau</b>	<b>Juiz do Trabalho Substituto lotado desde 18.07.2016</b>		11 meses e 11 dias
		16.03.2016	Atuação como Juiz Auxiliar	01 dia
		31.03 a 03.04.2016		04 dias
		07.04.2016		01 dia
		08.04 a 10.04.2016	Atuação em virtude de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	03 dias
		21.04 a 24.04.2016	Atuação como Juiz Auxiliar	04 dias
		28.04 a 01.05.2016		04 dias
		05.05 a 08.05.2016		04 dias
		12.05 a 15.05.2016		04 dias
		16.06 a 19.06.2016		04 dias
5	<b>Nelsilene Leão de Carvalho Dupin</b>	<b>Juíza do Trabalho Substituta lotada de 18 a 28.07.2016</b>		11 dias
		11.04 a 13.04.2016	Atuação em virtude de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	03 dias
		18.07 a 27.07.2016	Atuação em virtude da Juíza substituta lotada estar atuando em outra Unidade Judiciária (3ª Vara do Trabalho de Erechim).	10 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Sheila Spode (Juíza do Trabalho Substituta)	19.05 a 22.05.2016	Atuação como Juíza Auxiliar	04 dias
7	Roberta Testani (Juíza do Trabalho Substituta)	26.05 a 29.05.2016	Atuação como Juíza Auxiliar	04 dias
		02.06 a 05.06.2016		04 dias
8	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	30.06 a 03.07.2016	Atuação como Juíza Auxiliar	04 dias
		07.07 a 10.07.2016		04 dias
		14.07 a 17.07.2016		04 dias
9	Paula Silva Rovani Weiler	Juíza do Trabalho Substituta lotada de 18 a 28.07.2016		11 dias
10	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	28.07 a 10.10.2016	Atuação em virtude da Juíza Substituta lotada estar atuando em outra Unidade Judiciária (3ª VT de Erechim)	02 meses e 13 dias
		11.10 a 09.11.2016	Atuação em virtude de férias da Juíza Titular	29 dias
		10.11 a 20.11.2016	Atuação em virtude da Juíza Substituta lotada estar atuando em outra Unidade Judiciária (3ª VT de Erechim)	11 dias
11	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	16.12 a 19.12.2016	Atuação em virtude da lotação da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	04 dias
12	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	09.01 a 06.02.2017	Atuação em virtude de férias da juíza titular	29 dias
		07.02 e 08.02.2017	Atuação em virtude da lotação da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	02 dias
13	Cássia Ortolan Grazziotin	<b>Juíza Substituta lotada desde 09.02.2017</b>		04 meses e 20 dias
		09.02 a 17.05.2017	Atuação como Juíza Substituta lotada	03 meses e 09 dias
		17.06 a 16.07.2017		01 mês
14	Nikolai Nowosh Juiz do Trabalho Substituto	06.06.2017	Atuação como Juiz Auxiliar referente ao 6º Módulo Regional de Formação Inicial de Magistrados da Escola Judicial	01 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2017)

\* Período totalizado até a data da visita correcional.

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes durante o Período Correcionado

Juiz	Motivo	Período(s)	Total
------	--------	------------	-------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Rachel Hochmann de Freitas	Licença para tratamento de saúde – LTS	08.04 a 14.04.2016	<b>07 dias</b>
Rozi Engelke	Férias	11.10 a 09.11.2016	<b>30 dias</b>
		09.01 a 06.02.2017	<b>29 dias</b>
Paula Silva Rovani Weiler	Licença para tratamento de saúde - LTS	29.08 a 02.09.2016	<b>05 dias</b>
	Férias	28.11 a 17.12.2016	<b>20 dias</b>
Cássia Ortolan Grazziotin	Férias	18.05 a 16.06.2017	<b>30 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2017)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados

Servidor (a)		Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Gonçalo Lautert Moretto	Tecnico Judiciário-Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	16.03.2017
2	Cristiano De Col Castilhos	Analista Judiciário-Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	22.03.2017
-	Rafael Neves Harff	Técnico Judiciário-Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	16.02.2017
3	Marlene Lucia Dill Rizzato	Analista Judiciário-Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor De Secretaria (FC04)</b>	13.12.2011
4	Luciana Farias Montenegro Bastos	Analista Judiciário-Área Judiciária	<b>Assistente de Execução (FC04)</b>	10.03.2014
5	Rodrigo Fontana Pereira	Técnico Judiciário-Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	13.12.2011
6	Everaldo Gomes Zanatta	Técnico Judiciário-Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	07.12.2011
7	Ana Luiza Moreira Pereira	Analista Judiciário-Área Judiciária	-	12.12.2012
8	Elaine Maria Pedroso de Moraes	Técnico Judiciário-Área Administrativa	-	07.12.2011
9	João Miguel Ribas	Técnico Judiciário-Área Administrativa	-	12.12.2012
10	Mariana Moraes de Castilhos Gaspar	Técnico Judiciário-Área Administrativa	-	22.05.2017
11	Sueli Capelari	Técnico Judiciário-Área Administrativa	-	12.12.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.06.2017)

### 2.2.2 Ausências dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Tipo de Ausência	N. de dias	Total
--------------	------------------	------------	-------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Patricia Saccomori Bolner	LPF- Doença em pessoa da família	7	12
	LTS - Tratamento de Saúde	2	
	TREF- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	3	
Marlene Lucia Dill Rizzato	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	3	3
Sueli Capelari	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	3
	LTS- Tratamento de Saúde (Odonto)	1	
Ana Carolina Piccinin de Moura	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	6
	LPF- Doença em pessoa da família	2	
	TREF- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	2	
Joao Miguel Ribas	TREF- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	2	2
Everaldo Gomes Zanatta	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	3	3
Elaine Maria Pedroso de Morais	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	4
	LTS - Tratamento de Saúde	2	
Ana Luiza Moreira Pereira	LTS - Tratamento de Saúde	1	1
Luciana Farias Montenegro Bastos	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.06.2017)

### 2.2.3 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ana Carolina Piccinin de Moura	26.08.2013	21.05.2017	3 anos, 08 meses e 26 dias	Lotação na 2ª VT de Passo Fundo
2	Carolina Basilio Santos*	04.05.2016	21.03.2017	10 meses e 18 dias	Lotação na 2ª VT de Santa Cruz do Sul – Assistente de Juiz Titular FC05
3	Carolina Wandscher**	30.05.2016	31.07.2016	02 meses e 02 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria- Assistente de Juiz Substituto FC05
4	Patricia Saccomori Bolner	24.06.2015	23.03.2017	01 ano, 08 meses e 30 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Soledade- Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 21.06.2017)

\*Servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara correcionada

\*\*Servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara correcionada

### 2.3 ESTAGIÁRIOS

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Aline Kerber Nunes</b>	Direito	18.08.2016 a 17.08.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.06.2017)



### **3 DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA**

#### **3.1 MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD**

O MGD é um sistema que apresenta, de forma sintética, o desempenho das Varas do Trabalho e Postos Avançados da 4ª Região em aspectos considerados relevantes para a prestação da atividade judiciária, segundo a interação de quatro indicadores definidos por esta Corregedoria Regional: congestionamento de tramitação processual, acervo processual, vazão processual e prazo médio de tramitação processual.

Cada um desses indicadores corresponde a um ou mais itens, que compõem as colunas da tabela principal do MGD e aos quais foram atribuídos diferentes pesos, de forma a atender às prioridades estabelecidas no planejamento estratégico do TRT4.

Assim, esse sistema permite que sejam obtidos dois subprodutos: o Percentual da Força de Trabalho e o Índice de Produtividade, que se encontram explanados nos itens de mesmo nome deste relatório.

O resultado final obtido pelo sistema MGD é o Índice Geral de Desempenho de cada Unidade Judiciária mapeada, calculado equalizando os dois subprodutos acima referidos. O Índice Geral de Desempenho é a representação numérica do resultado do trabalho realizado ao longo dos doze meses anteriores à data de coleta de dados nos sistemas informatizados quando da elaboração deste relatório de inspeção correcional.

Os resultados da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, portanto, correspondem aos dados relativos ao período de 1º de junho de 2016 a 31 de maio de 2017.

O quadro abaixo indica, para fins de análise de desempenho, que a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi agrupada com as Unidades Judiciárias cuja tramitação processual variou de 1.001 a 1.500 processos por ano, de acordo com a média de casos novos recebidos no triênio 2014-2016, conforme exposto a seguir:

Unidade Judiciária	2014	2015	2016	Média trienal
3ª Passo Fundo	1.118	1.281	1.317	1.238,67

A seguir, será analisado o desempenho da unidade em cada índice que compõe o MGD. Sinala-se que, em face do modo de funcionamento do sistema, **quanto menor o índice geral apresentado pela Unidade, melhor será considerado o seu desempenho.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Faixa de Movimentação Processual	Peso		Congestionamento			Acervo	Vazão	Prazo Médio				Índice de Produtividade	% da Força de Trabalho Ideal	Índice Geral na Faixa
			2	1	3	1	1	2	2	2	1			
	Unidade Judiciária	Conhecimento	Liquidação	Execução	Pendentes de Finalização	Inverso da Vazão Processual	Do Ajuizamento ao Fim da Instrução	Da Conclusão à Prolação da Sentença	Do Início ao Fim da Execução	Do Ajuizamento ao Arquivamento				
1.001 – 1.500 processos por ano	1º	Posto de São Sebastião do Caí	0,29	0,15	0,80	0,18	0,61	0,43	0,49	0,15	0,14	0,41	61%	0,25
	2º	2ª Sapucaia do Sul	0,15	0,18	0,74	0,19	0,65	0,18	0,05	0,38	0,18	0,33	77%	0,26
	3º	1ª Sapucaia do Sul	0,22	0,24	0,79	0,22	0,64	0,35	0,44	0,19	0,20	0,40	71%	0,29
	4º	Farroupilha	0,37	0,30	0,80	0,29	0,80	0,44	0,16	0,18	0,19	0,42	75%	0,31
	5º	1ª Gramado	0,21	0,13	0,86	0,26	0,85	0,27	0,01	0,24	0,21	0,37	87%	0,32
	6º	2ª Lajeado	0,41	0,21	0,74	0,24	0,69	0,41	0,21	0,12	0,19	0,39	85%	0,33
	6º	2ª Uruguaiana	0,01	0,23	0,88	0,37	0,71	0,17	0,08	0,18	0,25	0,34	99%	0,33
	8º	1ª Erechim	0,57	0,23	0,65	0,24	0,69	0,62	0,60	0,24	0,29	0,50	68%	0,34
	8º	1ª Uruguaiana	-0,01	0,38	0,84	0,32	0,72	0,16	0,05	0,17	0,22	0,33	104%	0,34
	10º	Posto de Marau	0,45	0,29	0,68	0,23	0,62	0,63	0,19	0,31	0,28	0,44	80%	0,35
	11º	2ª Sapiranga	0,34	0,34	0,64	0,30	0,46	0,56	0,60	0,27	0,29	0,46	79%	0,36
	11º	Posto de Tramandaí	0,37	0,29	0,85	0,36	0,74	0,43	0,23	0,17	0,21	0,44	83%	0,36
	13º	1ª Lajeado	0,40	0,15	0,78	0,24	0,70	0,45	0,30	0,19	0,18	0,42	88%	0,37
	13º	1ª Passo Fundo	0,42	0,33	0,76	0,32	0,68	0,50	0,28	0,23	0,33	0,45	81%	0,37
	15º	Posto de Nova Prata	0,44	0,30	0,79	0,24	0,70	0,64	0,51	0,22	0,25	0,50	76%	0,38
	15º	<b>2ª Passo Fundo</b>	<b>0,33</b>	<b>0,39</b>	<b>0,81</b>	<b>0,33</b>	<b>0,73</b>	<b>0,38</b>	<b>0,39</b>	<b>0,24</b>	<b>0,33</b>	<b>0,46</b>	<b>82%</b>	<b>0,38</b>
	15º	4ª Rio Grande	0,41	0,34	0,79	0,32	0,71	0,54	0,40	0,21	0,27	0,48	79%	0,38
15º	1ª Sapiranga	0,29	0,16	0,75	0,28	0,51	0,52	0,24	0,38	0,28	0,42	89%	0,38	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

19º	4ª Novo Hamburgo	0,28	0,30	0,83	0,29	0,60	0,37	0,16	0,40	0,25	0,42	91%	0,39
19º	4ª Passo Fundo	0,38	0,22	0,73	0,24	0,68	0,55	0,27	0,21	0,22	0,42	93%	0,39
19º	3ª Sao Leopoldo	0,29	0,20	0,72	0,27	0,57	0,37	0,47	0,13	0,26	0,40	98%	0,39
19º	4ª Sao Leopoldo	0,37	0,24	0,73	0,25	0,64	0,46	0,40	0,15	0,17	0,42	93%	0,39
23º	Posto de Capão da Canoa	0,46	0,41	0,81	0,28	0,55	0,67	0,22	0,22	0,26	0,47	85%	0,40
23º	2ª Gramado	0,32	0,45	0,88	0,24	0,76	0,35	0,55	0,24	0,19	0,48	83%	0,40
23º	3ª Rio Grande	0,47	0,44	0,88	0,36	1,00	0,50	0,65	0,32	0,30	0,58	70%	0,40
26º	3ª Passo Fundo	0,34	0,26	0,75	0,29	0,72	0,45	0,24	0,19	0,27	0,42	99%	0,41
27º	Osorio	0,32	0,17	0,87	0,42	0,73	0,54	0,06	0,39	0,27	0,45	96%	0,43
28º	4ª Pelotas	0,23	0,30	0,79	0,30	0,65	0,28	0,13	0,28	0,25	0,38	115%	0,44
28º	3ª Taquara	0,35	0,38	0,84	0,26	0,58	0,41	0,64	0,36	0,22	0,50	89%	0,44
30º	Ijuí	0,37	0,26	0,80	0,23	0,68	0,45	0,42	0,25	0,24	0,45	99%	0,45
30º	2ª Pelotas	0,35	0,33	0,80	0,35	0,56	0,46	0,30	0,29	0,30	0,45	101%	0,45
30º	3ª Pelotas	0,24	0,45	0,80	0,36	0,54	0,30	0,03	0,45	0,30	0,41	111%	0,45
33º	2ª Bagé	0,31	0,38	0,79	0,36	0,60	0,47	0,31	0,34	0,43	0,47	100%	0,47
33º	Montenegro	0,43	0,42	0,69	0,28	0,52	0,66	0,16	0,56	0,36	0,48	98%	0,47
33º	Santo Ângelo	0,25	0,30	0,85	0,37	0,69	0,32	0,42	0,29	0,26	0,45	104%	0,47
33º	1ª Sao Leopoldo	0,43	0,29	0,81	0,38	0,60	0,42	0,61	0,17	0,27	0,48	97%	0,47
33º	1ª Taquara	0,40	0,46	0,82	0,27	0,62	0,49	0,47	0,30	0,24	0,49	95%	0,47
33º	4ª Taquara	0,39	0,28	0,75	0,21	0,62	0,44	0,86	0,25	0,21	0,50	95%	0,47
39º	2ª Cachoeirinha	0,54	0,34	0,72	0,43	0,51	0,71	0,32	0,37	0,38	0,51	93%	0,48
40º	Cruz Alta	0,53	0,45	0,75	0,35	0,68	0,63	0,38	0,26	0,46	0,52	95%	0,49
40º	2ª Taquara	0,33	0,49	0,83	0,30	0,76	0,53	0,42	0,54	0,28	0,53	92%	0,49
42º	1ª Santa Cruz do Sul	0,49	0,24	0,77	0,36	0,61	0,73	0,40	0,30	0,36	0,52	96%	0,50
42º	3ª Sapiranga	0,30	0,37	0,89	0,35	0,70	0,41	0,80	0,19	0,19	0,51	98%	0,50
44º	5ª Novo Hamburgo	0,41	0,25	0,83	0,33	0,54	0,57	0,67	0,26	0,25	0,51	99%	0,51



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	45º	2ª Novo Hamburgo	0,44	0,63	0,80	0,30	0,61	0,49	0,51	0,68	0,25	0,56	92%	0,52
	46º	Alvorada	0,63	0,29	0,84	0,35	0,96	0,91	0,86	0,21	0,25	0,64	86%	0,55
	46º	1ª Novo Hamburgo	0,56	0,50	0,94	0,48	0,82	0,78	0,77	0,61	0,30	0,69	80%	0,55
	46º	2ª Santa Cruz do Sul	0,43	0,50	0,79	0,36	0,69	0,81	0,49	0,50	0,46	0,59	94%	0,55
	46º	2ª Sao Leopoldo	0,50	0,43	0,77	0,37	0,65	0,58	0,94	0,18	0,55	0,58	94%	0,55
	50º	3ª Santa Cruz do Sul	0,54	0,36	0,82	0,34	0,81	0,74	0,77	0,25	0,28	0,59	96%	0,57
	51º	1ª Bagé	0,44	0,37	0,83	0,39	0,72	0,57	0,62	0,28	0,53	0,56	105%	0,58
	52º	3ª Novo Hamburgo	0,55	0,50	0,92	0,48	0,61	0,81	0,59	0,57	0,35	0,65	91%	0,59
	53º	1ª Pelotas	0,32	0,52	0,83	0,54	0,56	0,36	0,20	1,00	0,53	0,56	111%	0,62
	54º	São Jerônimo	0,56	0,24	0,75	0,41	0,52	1,00	0,72	0,76	0,46	0,67	96%	0,64
	55º	2ª Santa Maria	0,49	0,39	0,86	0,50	0,77	0,87	0,49	0,29	0,35	0,59	121%	0,72
	56º	1ª Santa Maria	0,49	0,57	0,90	0,55	0,86	0,52	1,00	0,32	0,31	0,64	113%	0,73
	57º	18ª Porto Alegre	0,21	0,57	0,92	1,00	0,72	0,51	0,37	0,72	1,00	0,65	139%	0,90
<b>Média</b>			<b>0,38</b>	<b>0,34</b>	<b>0,80</b>	<b>0,34</b>	<b>0,67</b>	<b>0,51</b>	<b>0,41</b>	<b>0,35</b>	<b>0,30</b>	<b>0,49</b>	<b>91%</b>	<b>0,45</b>



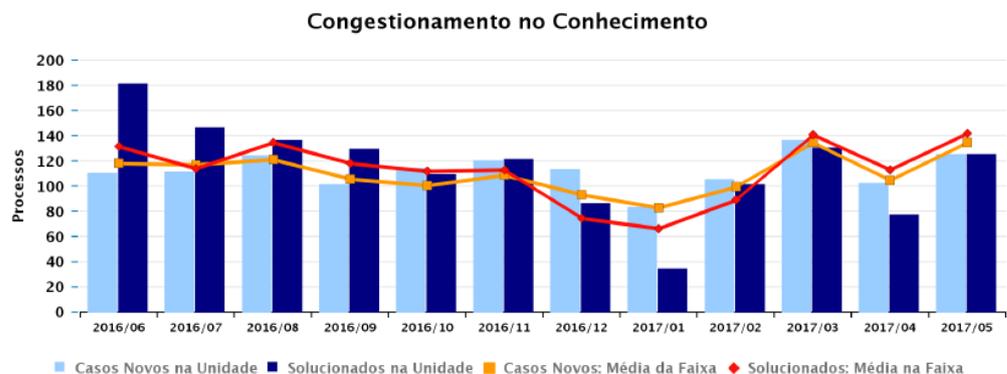
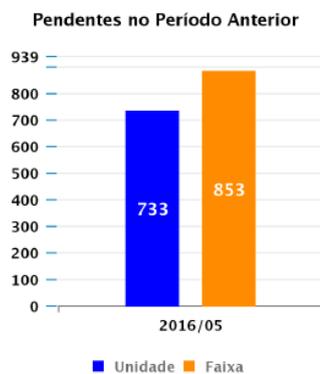
## 3.2 CONGESTIONAMENTO

### 3.2.1 Congestionamento na Fase de Conhecimento

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total de pendentes de julgamento. Leva em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressam e os processos solucionados.

Fórmula de apuração:

$$1 - \left( \frac{\text{Processos Solucionados}}{\text{Pendentes de Solução (período anterior) + Casos novos}} \right) \rightarrow 1 - \left( \frac{1.375}{733 + 1.344} \right) \rightarrow 0,34$$



	Casos novos Jun-2016 a Mai-2017	Processos solucionados Jun-2016 a Mai-2017	Solucionados em relação aos distribuídos
<b>3ª Passo Fundo</b>	1.344	1.375	102,31%
<b>Média unidades similares</b>	1.249,21	1.271,85	101,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

Conforme apontado acima, o número de casos novos na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, de junho de 2016 a maio de 2017, foi superado em 31 pelo número de processos solucionados. Ademais, a unidade solucionou mais processos em relação aos distribuídos que a média da faixa processual e teve um menor número de processos pendentes no período anterior, motivos pelos quais obteve um índice de congestionamento no conhecimento menor que o da média das unidades similares: 0,34 x 0,38, respectivamente

Quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento ao final do período avaliado (maio/2017), verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual (72,55%). Além disso, convém destacar que, no período de 01.06.2016 a 31.05.2017, houve uma redução de 88,37% no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, resultado bastante positivo. Especificações no quadro abaixo:

#### Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento



	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	Variação
Aguardando 1ª sessão de audiência	124	128	3,23%
Aguardando encerramento da instrução	489	518	5,93%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	34	58	70,59%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	86	10	-88,37%
<b>TOTAL</b>	<b>733</b>	<b>714</b>	<b>-2,59%</b>

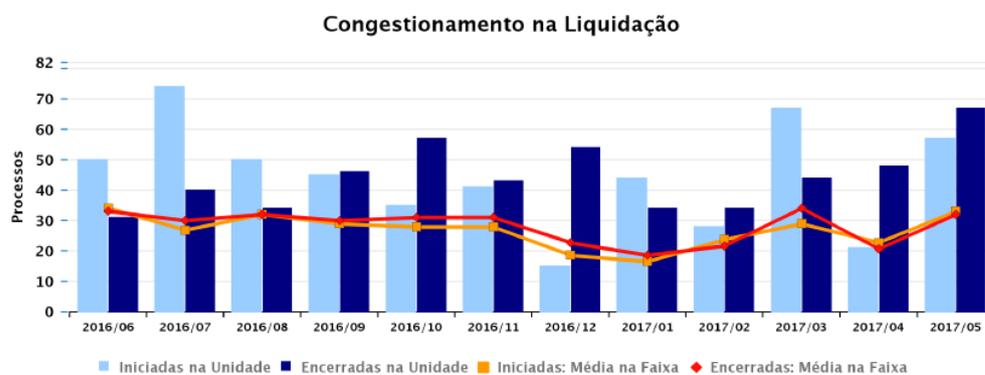
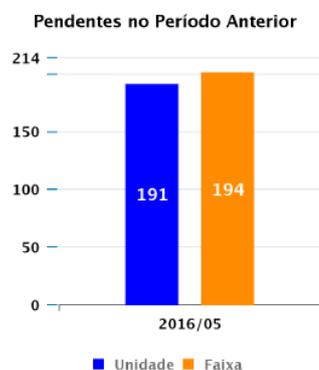
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

### 3.2.2 Congestionamento na Fase de Liquidação

A Taxa de Congestionamento na fase de liquidação corresponde ao percentual de processos não liquidados, em determinado período, em relação ao total de processos pendentes na fase de liquidação. Leva em conta o estoque de liquidações pendentes do período anterior, o total de liquidações iniciadas e as liquidações encerradas.

Fórmula de apuração:

$$1 - \left( \frac{\text{Liquidações Encerradas}}{\text{Liquidações Pendentes (período anterior)} + \text{Liquidações Iniciadas}} \right) \rightarrow 1 - \left( \frac{532}{191 + 527} \right) \rightarrow 0,26$$



	Liquidações iniciadas Jun-2016 a Mai-2017	Liquidações encerradas Jun-2016 a Mai-2017	Liquidações encerradas em relação às iniciadas
<b>3ª Passo Fundo</b>	527	532	100,95%
<b>Média unidades similares</b>	313,62	322,98	102,98%

Os dados acima indicam que, de junho de 2016 a maio de 2017, o número de liquidações encerradas superou em 5 o de liquidações iniciadas, correspondendo a 100,95% deste total. Na comparação com as unidades de mesmo porte, a Unidade teve 68,04% mais liquidações iniciadas e 64,72% mais liquidações encerradas que a média geral. Além disso, apresentou saldo menor de processos pendentes no período anterior.



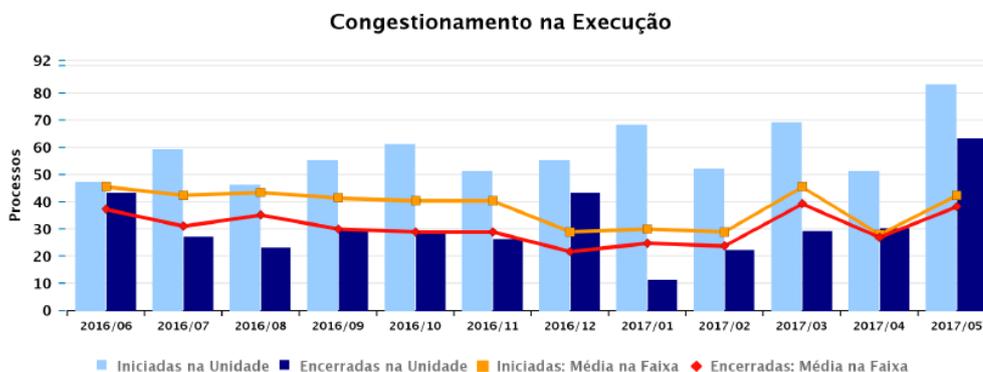
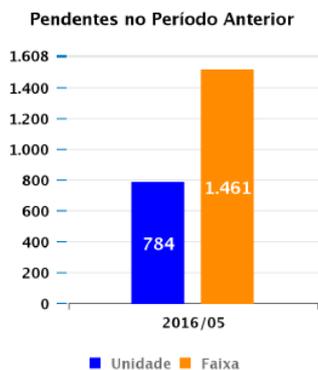
Nessa senda, a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo obteve um índice de 0,26 no congestionamento da liquidação, menor que a média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (0,34), o que reflete um bom desempenho da Unidade neste particular.

### 3.2.3 Congestionamento na Fase de Execução

A Taxa de Congestionamento na fase de execução corresponde ao percentual de execuções não encerradas, em determinado período, em relação ao total de execuções pendentes de encerramento. Leva em conta o estoque de execuções pendentes de finalização do período anterior, o total de execuções iniciadas e as execuções finalizadas.

Fórmula de apuração:

$$1 - \left( \frac{\text{Execuções Encerradas}}{\text{Execuções Pendentes (período anterior)} + \text{Execuções Iniciadas}} \right) \Rightarrow 1 - \left( \frac{374}{784 + 697} \right) \Rightarrow 0,75$$



	Execuções iniciadas Jun-2016 a Mai-2017	Execuções finalizadas Jun-2016 a Mai-2017	Execuções finalizadas em relação às iniciadas
<b>3ª Passo Fundo</b>	697	374	53,66%
<b>Média unidades similares</b>	434,58	342,36	78,78%

De junho de 2016 a maio de 2017, os dados estatísticos indicam que foram finalizadas na Unidade Judiciária 53,66% das execuções iniciadas no mesmo período. Esse desempenho foi inferior à média da respectiva faixa, na qual o percentual de execuções finalizadas alcançou 78,78% do total de feitos que ingressaram nesta fase processual. Ainda assim, em razão do menor número de processos pendentes do período anterior, o índice de congestionamento da Unidade (0,75) foi menor que o da média das unidades com tramitação processual similar (0,8), o que se mostra bastante positivo, visto que a fase de execução é a que mais impacta o resultado do MGD.

### 3.3 ACERVO DE PROCESSOS TRAMITANDO

O acervo corresponde ao total de processos tramitando na Unidade. Seu valor é obtido pelo somatório dos processos pendentes de finalização das fases de conhecimento, liquidação e execução, bem como das cartas precatórias e cartas de ordem pendentes de cumprimento.

Fórmula de apuração:



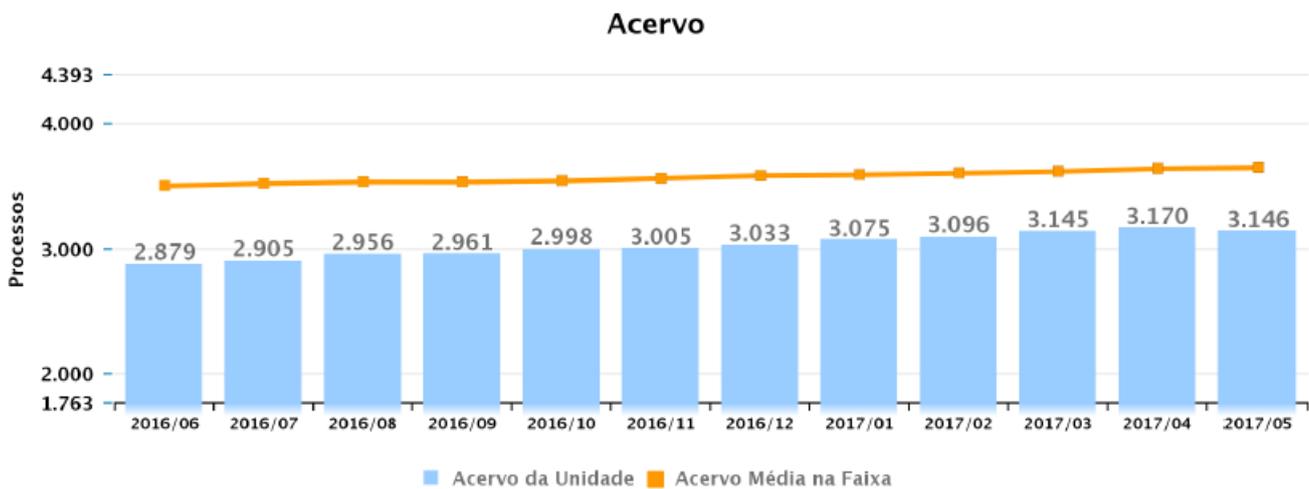
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização (conhecimento, liquidação e execução) + cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	→	1.785+199+1.130+32+0	→	<b>3.146</b>
---	---	----------------------	---	--------------

Por sua vez, o índice desse indicador na unidade é obtido pela razão entre o acervo desta pelo maior acervo dentre as Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual.

Fórmula de apuração:

Acervo na unidade	→	3.146	→	<b>0,29</b>
Maiores acervo na faixa de movimentação		10.716		



Situação	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	Variação
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.857	1.785	-3,88%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	195	199	2,05%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	784	1.130	44,13%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	28	32	14,29%
<b>Total</b>	<b>2.864</b>	<b>3.146</b>	<b>9,85%</b>
<b>Acervo Médio das Unidades Similares</b>	<b>3.377,96</b>	<b>3.547,30</b>	<b>5%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



Nos últimos doze meses, houve uma majoração de 9,85% no número de processos tramitando na 3ª Vara de Trabalho de Passo Fundo, crescimento acima do apresentado na média da faixa, que foi de 5%. Apesar da elevação constatada, o acervo da Unidade Judiciária é o menor de sua faixa de movimentação processual. Por essa razão, o índice obtido pela Vara no aspecto foi menor que o da média das unidades similares: 0,29 x 0,34, respectivamente.

A fase processual que registrou maior aumento no número de processos tramitando na Unidade correccionada foi a execução (44,13%), seguida pela liquidação que sofreu elevação menor, de apenas 2,05% no período. O conhecimento, contudo, apresentou redução de 3,88% no seu acervo.

### 3.4 VAZÃO PROCESSUAL

A vazão processual corresponde ao percentual de processos baixados em relação aos processos iniciados. No entanto, devido à forma em que foi estruturado o MGD (quanto menor o índice, melhor o resultado) foi invertida a fórmula, de maneira que será apresentado o percentual de processos iniciados em relação aos baixados.

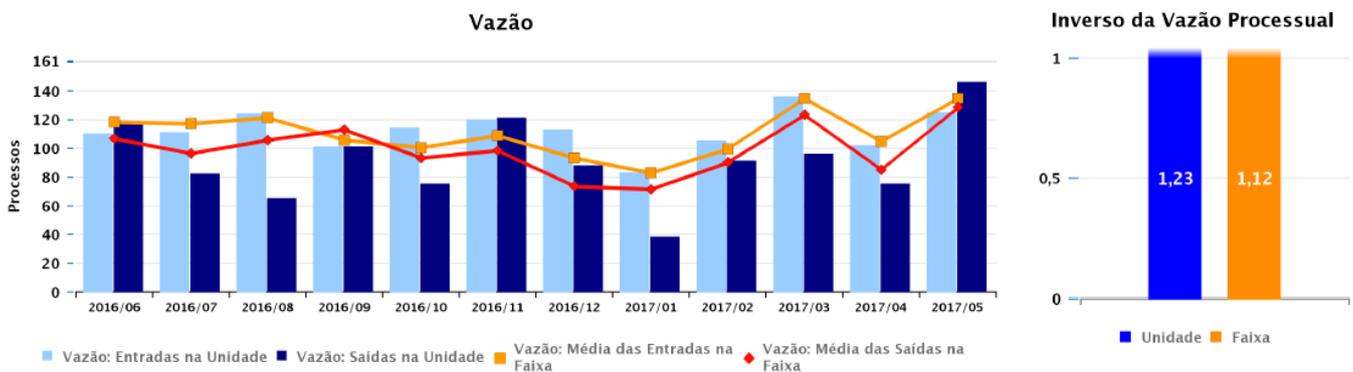
Fórmula de apuração:

$\frac{\text{Casos novos}}{\text{Processos arquivados definitivamente + remetidos a outras unidades}}$	→	$\frac{1.344}{1.021+74}$	→	<b>1,23</b>
--	---	--------------------------	---	-------------

Por sua vez, o índice desse indicador na unidade é obtido pela razão do resultado obtido no cálculo da vazão processual da Unidade pelo maior coeficiente dentre todas as unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual.

Fórmula de apuração:

$\frac{\text{Vazão na unidade}}{\text{Maior vazão na faixa de movimentação}}$	→	$\frac{1,23}{1,7}$	→	<b>0,72</b>
---	---	--------------------	---	-------------



<b>Casos novos</b>	<b>Arquivados definitivamente + remetidos a outras VTs</b>	<b>Arquivados em relação aos casos novos</b>
<b>Jun-2016 a Mai-2017</b>	<b>Jun-2016 a Mai-2017</b>	



<b>3ª Passo Fundo</b>	1.344	1.095	81,47%
<b>Média unidades similares</b>	1.249,21	1.100,74	88,11%

Conforme apontado acima, o número de casos novos superou em 249 o número de processos arquivados definitivamente e remetidos a outras unidades. Dessa forma, o acervo processual registrou aumento no período em análise.

Registra-se que o número de processos arquivados na unidade foi pouco menor que o de processos arquivados na média das unidades similares. Assim, o índice da vazão processual da unidade (0,72) foi pior que o da mesma faixa de movimentação processual (0,67).

### 3.5 PRAZO MÉDIO

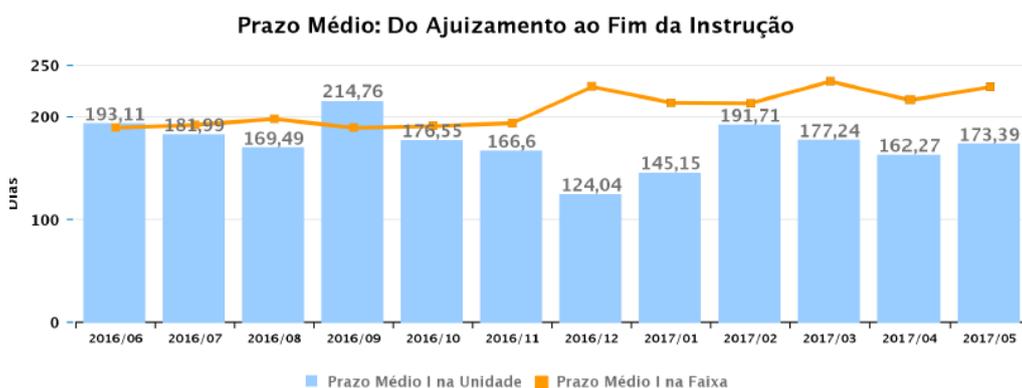
#### 3.5.1 Prazo Médio do Ajuizamento ao Fim da Instrução

Corresponde à média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação e a data da realização da sessão de audiência que encerrou a instrução. São considerados na base de cálculo os processos com instrução encerrada no período de referência.

O índice desse indicador é obtido pela razão entre o prazo médio da Unidade o maior prazo médio dentre as unidades constantes da sua respectiva faixa de movimentação processual.

Fórmula de apuração:

Prazo médio na unidade	→	177,17	→	0,45
Maior prazo médio na faixa de movimentação		396,04		



Prazo médio do ajuizamento ao fim da instrução			
	Período	Período	Variação
	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	
<b>3ª Passo Fundo</b>	186,11	177,17	-4,80%
<b>Média unidades similares</b>	182,10	200,21	9,95%



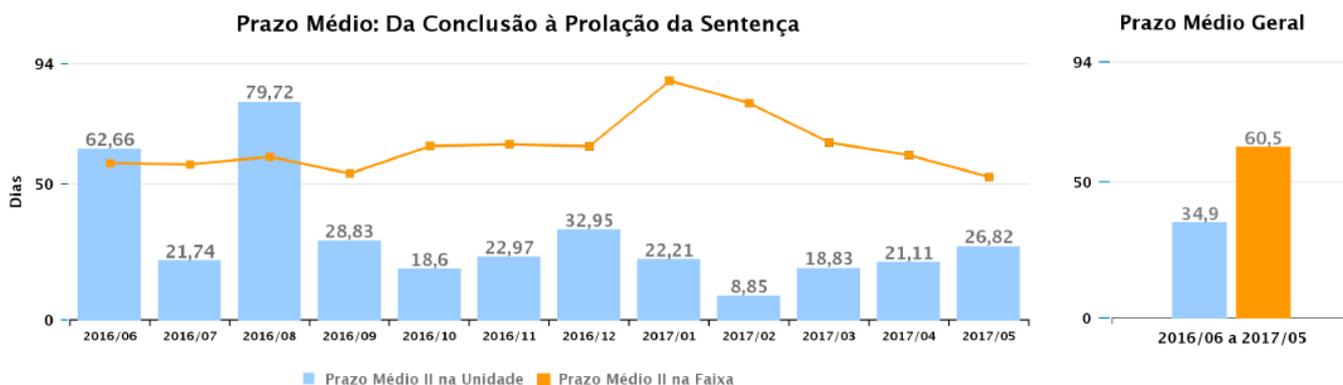
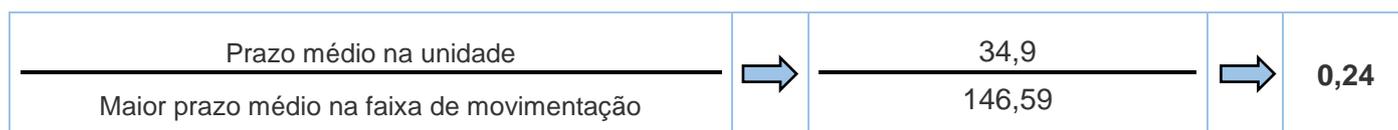
O prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e o encerramento da instrução registrou decréscimo de 4,8% no período em análise, contrariando a tendência apresentada na faixa processual, em que o prazo médio sofreu acréscimo de 9,95% no mesmo período. Com esse resultado, o prazo da Unidade – que era maior que o da média das unidades similares no período anterior – ficou cerca de 23 dias menor que o da média da sua faixa de movimentação processual. Assim, o índice obtido pela unidade (0,45) foi menor que o da média das unidades similares, que alcançou 0,51 no período.

### 3.5.2 Prazo Médio da Conclusão à Prolação da Sentença

Corresponde à média aritmética do número de dias decorridos entre a data da conclusão dos autos ao juiz e a data da prolação da sentença. São considerados na base de cálculo os processos com sentença prolatada no período de referência.

O índice desse indicador é obtido pela razão entre o prazo médio da Unidade o maior prazo médio dentre as unidades constantes da sua respectiva faixa de movimentação processual.

Fórmula de apuração:



Prazo médio da conclusão – sentença			
	Período	Período	Variação
	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	
<b>3ª Passo Fundo</b>	94,24	34,90	-62,97%
<b>Média unidades similares</b>	56,63	60,50	6,83%

O prazo médio decorrido entre a conclusão e a prolação da sentença registrou queda de 62,97%, apontando em direção oposta à tendência da faixa processual, que registrou aumento de 6,83% no prazo médio geral. Com isso, o tempo médio para prolação de sentença na Unidade ficou 25,60 dias mais célere quando comparado à média da sua respectiva faixa de movimentação processual, o que fez com que o desempenho da unidade (0,24) fosse bastante melhor que o desempenho médio da sua faixa processual, que apresentou índice de 0,41.

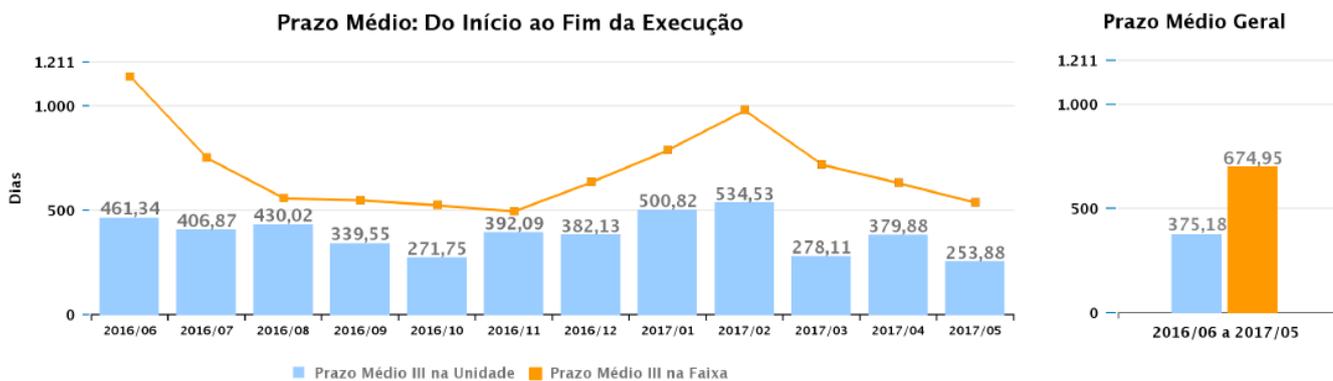


### 3.5.3 Prazo Médio do Início ao Encerramento da Execução

Corresponde à média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início e a data do encerramento da execução. São considerados na base de cálculo os processos com execuções encerradas no período. O índice desse indicador é obtido pela razão entre o prazo médio da Unidade o maior prazo médio dentre as unidades constantes da sua respectiva faixa de movimentação processual.

Fórmula de apuração:

Prazo médio na unidade	→	375,18	→	0,19
Maior prazo médio na faixa de movimentação		1.928,15		



Prazo médio do início ao fim da execução			
	Período	Período	Varição
	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	
<b>3ª Passo Fundo</b>	410,14	375,18	-8,52%
<b>Média unidades similares</b>	679,98	674,95	-0,74%

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução recuou 8,52%, totalizando cerca de 375 dias ao final do período avaliado. Com esse recuo, acentuou-se a diferença entre o prazo da Unidade e o médio da faixa processual, que passou de 269,98 dias para 299,77 dias no período.

Dessa forma, o índice obtido pela Unidade (0,19) foi bastante inferior ao índice médio de sua faixa processual (0,35), evidenciando o bom desempenho da Vara no aspecto.

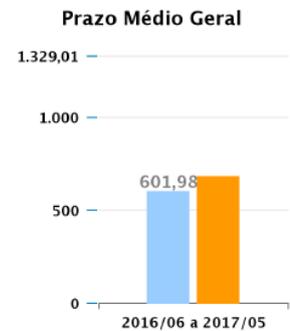
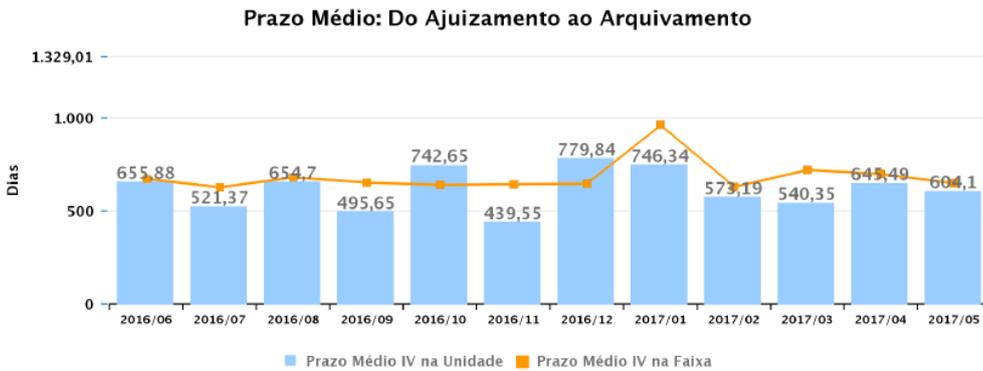
### 3.5.4 Prazo Médio do Ajuizamento ao Arquivamento do Processo

Corresponde à média aritmética do número de dias decorridos entre o ajuizamento e o arquivamento definitivo do processo. São considerados na base de cálculo os processos arquivados definitivamente no período de referência. O índice desse indicador é obtido pela razão entre o prazo médio da Unidade o maior prazo médio dentre as Unidades constantes da sua respectiva faixa de movimentação processual.



Fórmula de apuração:

$\frac{\text{Prazo médio na unidade}}{\text{Maior prazo médio na faixa de movimentação}}$	➔	$\frac{601,98}{2.206,43}$	➔	<b>0,27</b>
---	---	---------------------------	---	-------------



Prazo médio ajuizamento-arquivamento			
	Período	Período	Variação
	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	
<b>3ª Passo Fundo</b>	624,32	601,98	-3,58%
<b>Média unidades similares</b>	644,49	656,19	1,82%

O prazo médio decorrido entre o ajuizamento e o arquivamento do processo recuou 3,58% na Vara correccionada e aumentou 1,82% na média das unidades similares.

O fato de a Unidade apresentar um prazo inferior ao prazo médio da sua faixa processual fez com que o índice por ela obtido (0,27) fosse menor e, por isso, qualitativamente melhor que o índice médio da faixa (0,30).

### 3.6 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA UNIDADE JUDICIÁRIA

O índice de produtividade é o resultado da média ponderada das variáveis absolutas e comparáveis acima descritas. Cada variável possui um peso pré-definido pela Corregedoria Regional, de acordo com os aspectos processuais tidos como prioritários.

Fórmula de apuração:

$\frac{\text{Somatório de cada variável multiplicada pelo seu peso}}{\text{Somatório dos pesos atribuídos às variáveis}}$	➔	$\frac{(0,34 \times 2) + (0,26 \times 1) + (0,75 \times 3) + (0,29 \times 1) + (0,72 \times 1) + (0,45 \times 2) + (0,24 \times 2) + (0,19 \times 2) + (0,27 \times 1)}{(2+1+3+1+1+2+2+2+1)}$	➔	<b>0,42</b>
---	---	---	---	-------------

O índice de produtividade da unidade (0,42) foi melhor que o índice das unidades semelhantes (0,49). Deverá a Vara, contudo, empreender esforços para melhorar a sua vazão processual.



### 3.7 PERCENTUAL DE FORÇA DE TRABALHO

Módulo que representa a mão de obra disponível para realização dos serviços que são afetos às Unidades. A força de trabalho de cada unidade é apresentada em um percentual, o qual é obtido pela divisão da Força de Trabalho Real pela Força de Trabalho Ideal.

**A Força de Trabalho Real** corresponde à média de **servidores em atividade** nos últimos doze meses na Unidade, a qual é apurada conforme a seguinte fórmula:

Dias líquidos trabalhados

Quantidade de dias no período

Abaixo apresenta-se o quadro que apurou a força de trabalho real da Unidade.

Nome do servidor	Início considerado*	Fim considerado*	Dias de lotação	Ausências	Dias líquidos	Servidores em atividade
Patricia Saccomori Bolner	1/6/2016	23/3/2017	296	12	284	0,7780821918
Marlene Lucia Dill Rizzatto	1/6/2016	31/5/2017	365	3	362	0,9917808219
Cristiano de Col Castilhos	22/3/2017	31/5/2017	71	0	71	0,1945205479
Gonçalo Lautert Moretto	16/3/2017	31/5/2017	77	0	77	0,2109589041
Rodrigo Fontana Pereira	1/6/2016	31/5/2017	365	0	365	1
Sueli Capelari	1/6/2016	31/5/2017	365	3	362	0,9917808219
Ana Carolina Piccinin de Moura	1/6/2016	21/5/2017	355	6	349	0,9561643836
Joao Miguel Ribas	1/6/2016	31/5/2017	365	2	363	0,9945205479
Everaldo Gomes Zanatta	1/6/2016	31/5/2017	365	3	362	0,9917808219
Elaine Maria Pedroso de Morais	1/6/2016	31/5/2017	365	4	361	0,9890410959
Ana Luiza Moreira Pereira	1/6/2016	31/5/2017	365	1	364	0,997260274
Carolina Wandscher	1/6/2016	31/7/2016	3	0	3	0,0082191781
Luciana Farias Montenegro Bastos	1/6/2016	31/5/2017	365	2	363	0,9945205479
Carolina Basilio Santos	1/6/2016	21/3/2017	294	0	294	0,8054794521
Mariana Moraes de Castilhos Gaspary	22/5/2017	31/5/2017	10	0	10	0,0273972603
<b>TOTAL</b>						<b>10,9315068493</b>



\* As colunas "Início lotação considerado" e "Fim lotação considerado" se referem ao período avaliado, e não às datas originais desses eventos.

A **Força de Trabalho Ideal**, por sua vez, corresponde à lotação fixada com base nas faixas de movimentação processual definidas no anexo III da Resolução 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. A 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo no triênio 2014 a 2016, apresentou a média anual de **1.238,67 casos novos**. Dessa forma, a força de trabalho ideal para o período de junho de 2016 a maio de 2017 foi de **11 servidores**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Faixa	Subfaixa	Lotação
DE 1.001 a 1.500 PROCESSOS POR ANO	1.001 a 1.250	11 servidores

Finalmente, o **Percentual da Força de Trabalho** é obtido pela divisão da força de trabalho real, pela força de trabalho ideal. Apresenta-se abaixo o cálculo para apuração do percentual correspondente na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo:

Força de trabalho real	→	10,93	→	99%
Força de trabalho ideal		11		

### 3.8 ÍNDICE GERAL DE DESEMPENHO

O Índice Geral é alcançado mediante o produto do Índice de Produtividade pela Força de Trabalho. Dessa forma, ele demonstra a produtividade das unidades de maneira proporcional à mão de obra disponível.

Índice de produtividade x força de trabalho	→	0,42 x 99%	→	0,41
---	---	------------	---	------

Conforme apontado no quadro do Mapeamento Global de Desempenho, o índice geral da Unidade foi pouco melhor que o índice geral médio das unidades da mesma faixa de movimentação processual (0,45).

## 4 METAS DO CNJ

### 4.1. ANO DE 2016

**4.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2016	Solucionados até 31.12.2016	%	Resultado
1.232	1.541	125,08%	Meta cumprida



**4.1.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.12.2016	%	Resultado
655	650	99,24%	Meta cumprida

**4.1.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ				
Conciliações	Solucionados	%	Meta para 2016	Resultado
533	1.594	33,44%	45%	Meta não cumprida

**4.1.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016	Grau de Cumprimento	Resultado
502	391	77,89%	Meta não cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**4.1.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

**4.1.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Processos tramitando na Unidade em 31.12.2016
1º	1º WMS Supermercados do Brasil Ltda.	0	0
2º	2º União	103	7
3º	3º Estado do Rio Grande do Sul	11	2
4º	4º Caixa Econômica Federal	20	6



5º	5º Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	12	13
6º	6º Oi S.A.	4	1
7º	7º Banco do Estado do Rio Grande do Sul	7	5
8º	8º Claro S.A.	4	3
9º	9º Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	0	0
10º	10º Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	23	14

META 7/2016 CNJ			
Total em 2015	Total em 2016	Percentual atingido	Resultado
184	51	180	Meta cumprida

## 4.2. ANO DE 2017

**4.2.1 Meta 1:** “Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional à redução do número de juízes e servidores cujos cargos não foram repostos”.

META 1/2017 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2017	Solucionados até 31.05.2017	%	Resultado
473	423	89,43%	Indicativo de não cumprimento da meta

**4.2.2 Meta 2:** “Identificar e julgar até 31.12.2017, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2015 no 1º no 2º graus”.

META 2/2017 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2015	Processos distribuídos até 31.12.2015 e julgados entre 01.01.2016 e 31.12.2016	%	Resultado
880	910	103,41%	Meta já cumprida

**4.2.3 Meta 3:** “Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos Percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%”.

META 3/2017 CNJ				
Conciliações até 31.05.2017	Solucionados até 31.05.2017 (excluindo-se desistências e arquivamentos)	Grau de Cumprimento	Meta para 2016	Resultado



176	376	46,81%	51%	Indicativo de não cumprimento da meta
-----	-----	--------	-----	---------------------------------------

**4.2.4 Meta 5:** “Baixar 90% do total de casos novos de execução do ano corrente, com redução proporcional à redução do número de juízes e servidores cujos cargos não foram repostos”.

META 5/2017 CNJ			
Casos novos de execução até 31.05.2017	Execuções baixadas* até 31.05.2017	Grau de Cumprimento	Resultado
318	165	51,89%	Indicativo de não cumprimento da meta

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**4.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar, até 31.12.2017, 98% as ações coletivas distribuídas até 31.12.2014, no primeiro grau”.

META 6/2017 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2014 pendentes de solução em 31.05.2017	Resultado
0	Meta já cumprida

**4.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2017 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2016		Processos tramitando na Unidade em 31.12.2016	Processos tramitando na Unidade em 31.05.2017
1º	1º WMS Supermercados do Brasil Ltda.	0	0
2º	2º Estado do Rio Grande do Sul	2	2
3º	3º Caixa Econômica Federal	6	3
4º	4º General Motors do Brasil Ltda.	0	0
5º	5º Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	14	16
6º	6º Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	13	6
7º	7º Claro S.A.	3	4
8º	8º Oi S.A. (em Recuperação Judicial)	1	2
9º	9º Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	0	0
10º	10º Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	2	2

META 7/2017 CNJ



Total em 31.12.2016	Total em 31.05.2017	Meta para 31.12.2017	Resultado
41	35	40	Indicativo de cumprimento da meta

## 5 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 5.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

Todos os processos têm audiência inicial, designada em secretaria. Não é adotada a contestação em secretaria. As ações acidentárias são ajuizadas separadamente e distribuídas por dependência. Não há designação de audiências exclusivamente para encerramento de instrução processual. Segundo o Diretor de Secretaria, são realizadas audiências de conciliação, inclusive na fase de execução, a pedido das partes. Segundo o Diretor, a Juíza Cássia Ortolan Grazziotin (J2) está começando a designar audiências unas.

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quartas-feiras e, uma vez por mês, às quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	4 (P) 1-2 (U)	4 (P) 1-2 (U)	-	-
Tarde	23-30 (I)	4 (P) 1-2 (U)	-	-	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria na data da correição)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta*	Sexta
Manhã	-	-	-	6 (I) 3 (P)	-
Tarde	-	-	8 -10 (I) 4-5 (P)	-	-

\*1 quinta-feira por mês

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria na data da correição)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### 5.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	14.08.2017	09.08.2017	14.08.2017	09.08.2017
Una Sumaríssimo	18.08.2017	02.08.2017	18.08.2017	23.08.2017



Instrução	16.05.2018	01.08.2018	08.05.2018	07.12.2017
-----------	------------	------------	------------	------------

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria na data da correição)

### 5.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	Variação
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	43,38	38,57	-11,09%
	Média Ordinário	43,80	45,13	3,04%
	Média Geral	43,75	44,63	2,01%
Média na faixa	Média Sumaríssimo	61,12	75,05	22,79%
	Média Ordinário	62,14	68,41	10,09%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo registraram redução de 11,09% no prazo do ajuizamento à realização da primeira audiência, alcançando 38,57 dias ao final do período avaliado. O prazo da Unidade foi menor que o prazo da média das unidades semelhantes. Em contrapartida, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, aumentou 3,04% no período, totalizando 45,13 dias no período. Ainda assim, permaneceu cerca de 23,3 dias menor que o da média das unidades similares.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elasticar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que as pautas de iniciais efetivamente disponíveis confirmam os prazos médios apontados pelo sistema e-Gestão.

### 5.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	Variação
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	14,23	26,27	84,61%
	Média Ordinário	175,58	160,02	-8,86%
	Média Geral	154,74	148,84	-3,81%
Média na faixa	Média Sumaríssimo	27,15	35,11	29,32%
	Média Ordinário	145,87	165,52	13,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram um aumento de 84,61%, totalizando 26,27 dias no período, A despeito do aumento, o prazo permaneceu menor que o prazo



médio da faixa processual (35,11 dias). Em contrapartida, as audiências do rito ordinário sofreram redução de 8,86% em seu prazo médio. Com isso, o prazo da 3ª Vara de Passo Fundo – que era maior que a média da faixa processual no período anterior – ficou 5,5 dias abaixo do prazo médio da faixa, resultado bastante positivo.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis apresentam prazos médios superiores aos apontados pelo sistema e-Gestão.

## 5.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	Jun-2016 a Mai-2017				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Rozi Engelke	603	315	61	20	999
Marcelo Caon Pereira	307	141	28	2	478
Marina dos Santos Ribeiro	126	80	8	0	214
Fernando Reichenbach	40	23	3	0	66
Jaqueline Maria Menta	0	15	4	0	19
Evandro Luís Urnau	0	6	1	0	7
Roberta Testani	0	5	2	0	7
<b>Total</b>	<b>1.198</b>	<b>657</b>	<b>109</b>	<b>22</b>	<b>1.986</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

## 5.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º, do Provimento n. 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 5.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 26, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 5.1 e 5.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 5.8 INCIDENTES PROCESSUAIS NA UNIDADE JUDICIÁRIA

	INCIDENTES PROCESSUAIS					
	Jun-2015 a Mai-2016			Jun-2016 a Mai-2017		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	167	148	44	135	164	17
<b>Exceções de incompetência</b>	14	5	4	22	10	4
<b>Antecipações de tutela</b>	143	118	16	194	197	4
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	60	61	25	56	41	32



<b>Embargos à execução</b>	101	123	43	123	84	57
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	1	1	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	2	5	4	2	3
<b>TOTAL</b>	<b>488</b>	<b>457</b>	<b>137</b>	<b>535</b>	<b>499</b>	<b>117</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema BI-TRT4 em 08.06.2017)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 535 incidentes processuais no período de junho de 2016 a maio de 2017 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 9,63% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 9,19% na comparação entre os dois períodos, passando de 457 para 499. Em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão sofreu redução de 14,6%, totalizando 117 processos ao final do período.

## 5.9 PROCESSOS SOLUCIONADOS

	Tipo de solução	Jun-2015 a Mai-2016		Jun-2016 a Mai-2017	
		QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	460	37,83	496	36,07
	<b>Julgado procedente</b>	20	1,64	13	0,95
	<b>Julgado procedente em parte</b>	455	37,42	519	37,75
	<b>Julgado improcedente</b>	133	10,94	132	9,60
	<b>Extinto</b>	7	0,58	8	0,58
	<b>Outras decisões</b>	0	0,00	0	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.075</b>	<b>88,40</b>	<b>1.168</b>	<b>84,95</b>
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	45	3,70	30	2,18
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	56	4,61	67	4,87
	<b>Desistência</b>	27	2,22	21	1,53
	<b>Outras decisões</b>	13	1,07	89	6,47
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>141</b>	<b>11,60</b>	<b>207</b>	<b>15,05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.216</b>	<b>100,00</b>	<b>1.375</b>	<b>100,00</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

Verificou-se um aumento de 13,08% na quantidade de processos solucionados pelos juízes que atuaram na Unidade Judiciária entre os períodos em análise. A produção nessa Unidade superou em 8,1% a produção média das varas com tramitação processual similar, cuja média foi de 1.271,85 processos solucionados no período.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra aumento de 7,83% no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. No primeiro período, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 460, representando 37,83% dos processos solucionados; já no segundo período o número total de conciliações subiu para 496, correspondendo, contudo, a 36,07% do total de processos solucionados. Sinala-se, ainda, que o número de acordos realizados pelos juízes foi inferior à média da faixa de movimentação processual, que foi de 545,23 acordos.



Abaixo encontram-se discriminados os tipos de solução por magistrado que atuou na unidade no período avaliado.

Juiz (a)	Jun-2016 a Mai-2017				TOTAL	Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL			
Rozi Engelke	269	329	4	602	93	<b>695</b>	
Marcelo Caon Pereira	106	55	0	161	43	<b>204</b>	
Marina dos Santos Ribeiro	60	78	1	139	21	<b>160</b>	
Cássia Ortolan Grazziotin	36	43	3	82	26	<b>108</b>	
Fernando Reichenbach	10	25	0	35	20	<b>55</b>	
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	0	33	0	33	0	<b>33</b>	
Flávia Cristina Padilha Vilande	0	20	0	20	0	<b>20</b>	
Evandro Luís Urnau	2	15	0	17	2	<b>19</b>	
Jaqueline Maria Menta	10	7	0	17	1	<b>18</b>	
Raquel Hochmann de Freitas	0	18	0	18	0	<b>18</b>	
Diogo Souza	0	13	0	13	0	<b>13</b>	
Clocezar Lemes Silva	0	8	0	8	1	<b>9</b>	
Roberta Testani	3	3	0	6	0	<b>6</b>	
Táise Sanchi Ferrão	0	6	0	6	0	<b>6</b>	
Sheila Spode	0	5	0	5	0	<b>5</b>	
Rosemarie Teixeira Siegmann	0	4	0	4	0	<b>4</b>	
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	0	1	0	1	0	<b>1</b>	
Adriana Ledur	0	1	0	1	0	<b>1</b>	
<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>664</b>	<b>8</b>	<b>1.168</b>	<b>207</b>	<b>1.375</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

## 5.10 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 30 DIAS

A Corregedoria, a partir do IMC 306 (fevereiro de 2017), dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 30 dias, conforme disposto no art. 226, III, do Código de Processo Civil, e ao Ato GCGJT N. 01 - Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - de 10 de fevereiro de 2017, o qual revogou o §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Mediante apuração realizada por meio do *Projeto BI TRT4*, foram identificadas as seguintes pendências:

Juiz	Tipo de Incidente	Quantidade
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Embargos de declaração	1
Cássia Ortolan Grazziotin	Sentenças de conhecimento	2



Flávia Cristina Padilha Vilande	Sentenças de conhecimento	1
Flávia Cristina Padilha Vilande	Embargos de declaração	2
Marcelo Caon Pereira	Sentenças de conhecimento	31
Marina Dos Santos Ribeiro	Sentenças de conhecimento	1
<b>Total: 38</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 23.06.2017. Processos conclusos para sentença há mais de 30 dias contatos da data da correição: 28.05.2017)

## **6 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **6.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS**

A expedição de notificações e ofícios é feita em até 15 dias.

### **6.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Na data da correição estavam sendo expedidos os mandados do mês de junho. Os mandados de penhora são feitos em até 10 dias. Os precatórios e RPVs são expedidos em, no máximo, uma semana.

### **6.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

A expedição de alvarás, de todas as espécies, é feita em, no máximo, uma semana, independentemente de ser acordo ou execução.

### **6.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

São protocoladas, em média, 60-70 petições por dia entre processos físicos e eletrônicos. O protocolo é despachado em até 48 horas.

### **6.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

No PJE é feita a certificação do prazo diariamente; na data da correição estava sendo certificado o prazo do dia 16.06.2017 nos processos físicos.

### **6.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Há remessa de processos físicos ao TRT duas vezes por semana.

### **6.7 CONVÊNIOS**

São utilizados todos os convênios, os quais são acessados pelo Diretor de Secretaria, sua Assistente e mais dois servidores da Secretaria, dependendo do convênio.

### **6.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento (montagem do lote) dos processos é feito mensalmente, mas o andamento de "processo arquivado" é feito de imediato.

### **6.9 EXECUÇÃO REUNIDA**

Há muitas execuções reunidas na Unidade. Nas execuções reunidas, os reclamantes são incluídos no polo ativo do processo principal, juntamente com seus procuradores e com a dívida, e demais processos são encerrados e arquivados sem dívida.

Relatou o Diretor que em cada Vara de Passo Fundo há uma execução reunida que centraliza todas do Foro contra a mesma reclamada. Na 3ª Vara essa execução ocorre no processo paradigma n. 0020407-83.2016.5.04.0663 (Rda SEMEATO SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO), onde



há um “Acordo de Cooperação 001/2017”: nesse acordo são incluídos os reclamantes, seus procuradores e a dívida. No processo originário é expedida uma “certidão de habilitação”, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida. Esse acordo tem 667 reclamantes no polo ativo.

## 6.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

	BNDT		Variação
	Jun-2015 a Mai-2016	Jun-2016 a Mai-2017	
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	257	338	31,52%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	186	194	4,30%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>329</b>	<b>396</b>	<b>20,36%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Segundo o Diretor de Secretaria, a inscrição é feita depois de realizada a consulta ao Bacen. A retirada é feita após o pagamento.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto n. 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara Trabalho de Passo Fundo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.05.2017. Dessa consulta, constatou-se a existência de **16 processos** com execução encerrada e com devedores ainda inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra descrita abaixo:

### 1. Processo n. 0000241-98.2014.5.04.0663

Em 10.06.2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Valdenir Pizzin permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

### 2. Processo n. 0000242-54.2012.5.04.0663

Em 17.05.2017 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, Painelplac Industrial Ltda ME., Darlei José Mokva, Mercedes Weber permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

### 3. Processo n. 0000452-71.2013.5.04.0663

Em 25.04.2017 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Painelplac Industrial Ltda. ME permanece inscrita junto BNDT, atualmente com a informação “exigibilidade do crédito suspensa”.

### 4. Processo n. 0000900-18.2011.5.04.0662

Em 08.04.2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”, No entanto, as executadas Construtora Bianchi



Rosa Ltda., Cláudio Brena da Rosa e Valmir Vieira Bianchi permanecem inscritas junto BNDT, todas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

**5. Processo n. 0049400-94.2006.5.04.0661**

Em 20.01.2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”, No entanto, a executada Leci da Rosa França (Sucessão de) permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

**6. Processo n. 0020549-24.2015.5.04.0663**

Em 18.04.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Semeato S.A Indústria e Comércio permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**7. Processo n. 0020816-59.2016.5.04.0663**

Em 16.05.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Laboral Serviços Terceirizados Ltda. – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**8. Processo n. 0021082-80.2015.5.04.0663**

Em 16.05.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Lucas de melos da Silva – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**9. Processo n. 0021097-15.2016.5.04.0663**

Em 25.04.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada JBS Aves Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**10. Processo n. 0021368-58.2015.5.04.0663**

Em 24.11.2016 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Beloni Lemos de Queiroz permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

**11. Processo n. 0020064-58.2014.5.04.0663**

Em 16.05.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, o executado Município De Passo Fundo permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**12. Processo n. 0020167-65.2014.5.04.0663**

Em 24.06.2016 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Luiz Celetzki Construções Ltda. – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**13. Processo n. 0020168-85.2016.5.04.0661**

Em 15.05.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada L S Empresa Rio-Grandense de Serviços de Limpeza Ltda. – EPP permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia ou suspensão da exigibilidade do débito”.

**14. Processo n. 0020323-82.2016.5.04.0663**

Em 16.05.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Centro Terapêutico Recanto da Paz Ltda. – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**15. Processo n. 0020411-23.2016.5.04.0663**

Em 05.04.2017 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”. No entanto, a executada Analice Guerra permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia do débito”.

**16. Processo n. 0020423-71.2015.5.04.0663**



Em 27.06.2016 foi lançado o andamento “arquivados os autos definitivamente”, No entanto, a executada Inezia Salete Stodulski – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia ou exigibilidade do débito”.

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 08.06.2017)

## 6.11 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

### 6.11.1 Lançamento de incidentes processuais pela Secretaria

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, mediante levantamento realizado no sistema E-Gestão, verificou-se a existência de pendências há mais de seis meses em processos que não apresentaram solução adequada no sistema processual, consoante se demonstra, por amostragem, nos apontamentos do quadro abaixo:

1	<b>Processo n. 00212-69.2014.5.04.0663</b>
<b>Situação processual:</b> Foram protocoladas duas petições de Embargos de Declaração pela reclamante, em 03 e 06 de novembro de 2015. Houve a solução de apenas um incidente, no dia 20.11.2015. O sistema continua indicando a existência de uma petição de embargos declaratórios pendente. Deverá a unidade, portanto, fazer os seguintes ajustes, pelo menu Processo>Outras ações>Lançar Movimentos: <b>Baixado o incidente/recurso</b> , tipo embargos de declaração, e <b>Alterado o tipo de petição</b> , com indicação de embargos de declaração.	
2	<b>Processo n. 0020182-63.2016.5.04.0663</b>
<b>Situação processual:</b> Nos registros do sistema e-Gestão, o processo consta como pendente de decisão de <b>antecipação de tutela</b> . Contudo, não consta na inicial pedido de liminar ou antecipação de tutela e o processo já foi julgado, não tendo havido qualquer referência a tal pedido. Deve a Vara diligenciar para desmarcar o pedido de antecipação de tutela no menu <b>Processo &gt;outras ações&gt;retificar autuação</b> .	
3	<b>Processo n. 0010049-64.2013.5.04.0663</b>
<b>Situação processual:</b> As partes apresentaram <b>impugnação à sentença de liquidação</b> e Embargos à Execução (EE). Foram feitas duas conclusões para o julgamento dos incidentes. Contudo, enquanto os embargos à execução foram solucionados mediante o uso do andamento apropriado, decisão em incidente processual, tipo EE, a Impugnação foi solucionada por meio de despacho, motivo pelo qual continua aparecendo como pendente no sistema e-Gestão.	
4	<b>Processo n. 0173800-75.2009.5.04.0663</b>
<b>Situação processual:</b> Em 07.05.2015 a reclamada apresentou <b>embargos à execução</b> . Em 14.09.2015 o incidente foi solucionado, por decisão/despacho. Em razão de não ter havido o uso dos andamentos apropriados, o incidente continua aparecendo como pendente no E-Gestão.	
5	<b>Processo n. 0000013-31.2011.5.04.0663</b>
<b>Situação processual:</b> Em 15.06.2015 houve a apresentação de <b>exceção de pré-executividade</b> . Em 22.06.2015 o incidente não foi recebido mediante despacho. Não houve, contudo, a devida conclusão para decisão, com a inclusão do tipo exceção de pré-executividade, e a respectiva solução, o que deve ser corrigido para que o sistema deixe de apontar a pendência.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.06.2017)

Dessa forma, se mostra necessária a correção dos lançamentos processuais nos sistemas informatizados (inFOR e PJ-e) a fim de eliminar as pendências constatadas, de modo a corrigir os dados estatísticos da Unidade.

### 6.11.2 Irregularidades dos Lançamentos no InFOR



No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 26.06.2017.

<b>Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:</b>	
0000362-63.2013.5.04.0663	0000728-05.2013.5.04.0663
<b>Autos conclusos somente com andamento interno – Processos Exemplos:</b>	
0000018-82.2013.5.04.0663	
<b>Autos aguardando arquivamento ou devolução ao arquivo – Processos Exemplos:</b>	
0068500-37.2003.5.04.0662	
<b>Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
0001021-09.2012.5.04.0663	0000206-41.2014.5.04.0663
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
0000868-50.2010.5.04.0661	0000699-18.2014.5.04.0663
0000040-09.2014.5.04.0663	0001153-66.2012.5.04.066
<b>Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:</b>	
0000121-95.2013.5.04.0661	
<b>Processo suspenso sem registro adequado no inFOR – Processo Exemplo:</b>	
0001079-86.2010.5.04.0661	

A listagem extraída do inFOR indica a existência de **606 processos parados**. No quadro acima consta, exemplificativamente, a situação de alguns processos parados, sem andamento ou com andamento equivocado. Portanto, recomenda-se à Unidade que faça uma análise minuciosa da listagem de processos parados, dando o impulso processual necessário ou retificando os andamentos, dependendo do caso.

### 6.11.3 Processo Judicial Eletrônico - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 17.09.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativas da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico.

A análise foi efetuada remotamente no dia 28.06.2017, quando o acervo da Vara contava com 1.584 processos em fase de conhecimento, 94 processos em fase de liquidação, 363 processos em fase de execução e 1.609 processos arquivados.

A posição do quantitativo de processos e processos mais antigos em cada pasta e agrupador, na referida data, é a que segue:

<b>Agrupador</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
------------------	--------------------------------	--------------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado</b>	2	0000766-80.2014.5.04.0663	18.05.2017
<b>Processos com Petições Avulsas</b>	2	021209-18.2015.5.04.0663	27.06.2017
<b>Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas</b>	3	021431-83.2015.5.04.0663	28.06.2017
<b>Processos com petições não apreciadas</b>	22	0021125-80.2016.5.04.0663	23.06.2017
<b>Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça</b>	4	0021051-60.2015.5.04.0663	21.09.2015
<b>Processos com audiências não designadas</b>	3	0020344-24.2017.5.04.0663	23.03.2017

<b>Pasta</b>	<b>Fase</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
<b>Aguardando apreciação pela instância superior</b>	1- Conhecimento	551	0020113-02.2014.5.04.0663	12.06.2015
<b>Aguardando Audiência</b>	1- Conhecimento	478	0020039-45.2014.5.04.0663	05.08.2015
<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos</b>	1- Conhecimento	113	0020843-76.2015.5.04.0663	10.11.2015
<b>Aguardando final do sobrestamento</b>	1- Conhecimento	54	0020486-62.2016.5.04.0663	02.05.2017
<b>Aguardando laudo pericial</b>	1- Conhecimento	48	0020250-76.2017.5.04.0663	16.05.2017
<b>Aguardando término dos prazos</b>	1- Conhecimento	105	0020269-82.2017.5.04.0663	01.06.2017
<b>Analisar Decisão</b>	1- Conhecimento	3	0020813-70.2017.5.04.0663	28.06.2017
<b>Analisar Despacho</b>	1- Conhecimento	6	0020312-27.2015.5.04.0004	27.06.2017
<b>Analisar dependências</b>	1- Conhecimento	2	0020816-25.2017.5.04.0663	27.06.2017
<b>Analisar sentença</b>	1- Conhecimento	1	0020099-18.2014.5.04.0663	19.11.2016
<b>Análise do Conhecimento</b>	1- Conhecimento	9	0020324-67.2016.5.04.0663	19.05.2017
<b>Cumprimento de providências</b>	1- Conhecimento	40	0020135-55.2017.5.04.0663	20.04.2017
<b>Imprimir Correspondência</b>	1- Conhecimento	18	0020710-63.2017.5.04.0663	22.06.2017
<b>Minutar Decisão</b>	1- Conhecimento	9	0020238-67.2014.5.04.0663	11.10.2016
<b>Minutar expediente da secretaria</b>	1- Conhecimento	1	0020079-56.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Minutar sentença</b>	1- Conhecimento	88	0020743-93.2016.5.04.0661	06.04.2017
<b>Prazos Vencidos</b>	1- Conhecimento	3	0020605-86.2017.5.04.0663	17.06.2017
<b>Preparar ato de comunicação</b>	1- Conhecimento	37	0020764-29.2017.5.04.0663	20.06.2017
<b>Preparar comunicação</b>	1- Conhecimento	8	0020560-82.2017.5.04.0663	10.05.2017



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Publicar DJe - Con</b>	1- Conhecimento	1	0021325-87.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Recebimento de instância superior</b>	1- Conhecimento	9	0020425-41.2015.5.04.0663	13.06.2017
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq</b>	2 - Liquidação	14	0020608-12.2015.5.04.0663	09.06.2017
<b>Aguardando apreciação pela instância superior</b>	2 - Liquidação	2	0020005-65.2017.5.04.0663	14.06.2017
<b>Aguardando laudo pericial</b>	2 - Liquidação	28	0021146-56.2016.5.04.0663	30.05.2017
<b>Aguardando término dos prazos</b>	2 - Liquidação	29	0020872-98.2016.5.04.0661	09.06.2017
<b>Analisar Decisão - Liq</b>	2 - Liquidação	2	0020124-60.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Analisar Despacho - Liq</b>	2 - Liquidação	3	0021300-74.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Análise de Liquidação</b>	2 - Liquidação	1	0021132-09.2015.5.04.0663	26.06.2017
<b>Controle de pericia</b>	2 - Liquidação	2	0000766-80.2014.5.04.0663	14.06.2017
<b>Minutar Despacho - Liq</b>	2 - Liquidação	1	0020634-73.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Prazos vencidos</b>	2 - Liquidação	12	0020314-86.2017.5.04.0663	20.06.2017
<b>Aguardando apreciação pela instância superior</b>	3 - Execução	60	0020333-63.2015.5.04.0663	13.10.2016
<b>Aguardando audiência - Exec</b>	3 - Execução	1	0021086-83.2016.5.04.0663	22.06.2017
<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos</b>	3 - Execução	13	0020239-52.2014.5.04.0663	06.10.2016
<b>Aguardando final do sobrestamento</b>	3 - Execução	21	0020968-44.2015.5.04.0663	11.08.2016
<b>Aguardando laudo pericial</b>	3 - Execução	2	0000755-51.2014.5.04.0663	20.06.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	3 - Execução	62	0020312-53.2016.5.04.0663	09.05.2017
<b>Analisar Decisão - Exec</b>	3 - Execução	2	0020076-38.2015.5.04.0663	28.06.2017
<b>Analisar Despacho - Exec</b>	3 - Execução	10	0000482-09.2013.5.04.0663	27.06.2017
<b>Analisar sentença - Exec</b>	3 - Execução	1	0021458-32.2016.5.04.0663	28.06.2017
<b>Análise de Execução</b>	3 - Execução	18	0020842-63.2016.5.04.0661	21.06.2017
<b>Cumprimento de providências</b>	3 - Execução	107	0020074-34.2016.5.04.0663	11.04.2017
<b>Escolher tipo de arquivamento</b>	3 - Execução	2	0020316-27.2015.5.04.0663	20.06.2017
<b>InfoJud</b>	3 - Execução	4	0021274-13.2015.5.04.0663	26.06.2017
<b>Minutar Despacho - Exec</b>	3 - Execução	1	0020134-41.2015.5.04.0663	28.06.2017
<b>Minutar expediente da secretaria</b>	3 - Execução	8	0021128-69.2015.5.04.0663	26.06.2017
<b>Minutar sentença - Exec</b>	3 - Execução	1	0020417-64.2015.5.04.0663	25.04.2017
<b>Prazos vencidos</b>	3 - Execução	15	0020155-51.2014.5.04.0663	21.06.2017
<b>Preparar comunicação</b>	3 - Execução	32	0020113-31.2016.5.04.0663	24.04.2017



Recebimento de instância superior	3 - Execução	3	0010389-42.2012.5.04.0663	21.06.2017
-----------------------------------	--------------	---	---------------------------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 28.06 e 03.07.2017:

<b>1</b>	<b>Processo n. 0020039-45.2014.5.04.0663</b>
<b>Fase: Conhecimento</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – acordo homologado em audiência realizada em 13.08.2015 (ID 7c33886), com previsão de pagamento da última parcela em 20.10.2015. Transcorrido o prazo do acordo, sem posteriores manifestações das partes, o processo permanece na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 05.08.2015.	
<b>2</b>	<b>Processo n. 0020324-67.2016.5.04.0663</b>
<b>Fase: Conhecimento</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após a sentença de embargos de declaração proferida em 19.05.2017 (ID 688bb43), não é verificada expedição de notificação para ciência das partes até 29.06.2017.	
<b>3</b>	<b>Processo n. 0021339-71.2016.5.04.0663</b>
<b>Fase: Conhecimento</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após a petição de descumprimento de acordo apresentada pelo reclamante em 29.05.2017 (ID 7bbf1d4), não é verificado impulso processual subsequente, por iniciativa do Juízo, até 29.06.2017.	
<b>4</b>	<b>Processo n. 0021268-69.2016.5.04.0663</b>
<b>Fase: Liquidação</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre a apresentação de petição de cálculos pela reclamada em 29.03.2017 (ID 652620d) e expedição de notificação para ciência do reclamante em 05.05.2017 (ID adfd227).	
<b>5</b>	<b>Processo n. 0020872-98.2016.5.04.0661</b>
<b>Fase: Liquidação</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre a petição de cálculo apresentado pelo Estado do Rio Grande do Sul em 22.02.2017 (ID 37ff5dc) e decisão subsequente proferida em 05.05.2017 (ID 397f6ec), julgando líquida a sentença e determinando a intimação da primeira reclamada para pagamento.	
<b>6</b>	<b>Processo n. 0020662-75.2015.5.04.0663</b>
<b>Fase: Execução</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre o despacho proferido em 22.09.2016 (ID e5fed9a), determinando o lançamento da conta geral e citação do reclamado, e o respectivo cumprimento verificado em 07.12.2016 (certidão de cálculo e mandado - IDs 1e5aa6c - a387299).	
<b>7</b>	<b>Processo n. 0020010-24.2016.5.04.0663</b>
<b>Fase: Execução</b>	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre o despacho proferido em 14.02.2017 (ID 2b590ca), determinando a realização de pesquisas através do sistema de Penhora Online – ARISP, e o respectivo cumprimento verificado em 02.06.2017 (ID f51b3a2).	



**8** **Processo n. 0021003-04.2015.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual entre o vencimento *in albis* do prazo em 17.03.2017 (ID 1fdb787) para o Procurador da 1ª reclamada fornecer o endereço desta e o cumprimento da diligência subsequente em 02.06.2017 (INFOJUD - ID 40a4d33), conforme preestabelecido no despacho proferido em 06.03.2017 (ID 0922fed).

**9** **Processo n. 0020242-36.2016.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** **1)** demora no impulso processual entre a decisão proferida em 23.11.2016 (ID c130992), determinando o lançamento da conta geral e a citação da reclamada, e o respectivo cumprimento verificado em 19.01.2017 (Certidão de Cálculo e Mandado – IDs cd6f691 - 40b5cbb). **2)** Em seguida, foi proferido despacho em 17.02.2017 (ID d42cad3), determinando a renovação da citação em novo endereço, com cumprimento verificado em 21.03.2017 (ID 4cba71f). **3)** Demora no impulso processual entre a juntada do resultado negativo da consulta Bacenjud em 10.04.2017 (ID 3ec090e) e ato subsequente efetivado em 23.05.2017 (RENAJUD – ID fa8a243), conforme as determinações preestabelecidas no despacho proferido em 03.04.2017 (ID 0df6b22).

**10** **Processo n. 0020221-31.2014.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual entre a impugnação de cálculos apresentada pelo reclamante em 06.02.2017 (ID 9168372) e o despacho subsequente proferido em 04.04.2017 (ID cf0843c), determinando a intimação da Perita para esclarecimento quanto aos critérios utilizados no cálculo. Em seguida, foi proferida decisão em 09.05.2017 (ID 7e74ccc), julgando líquida a sentença e determinando a citação da reclamada, sem cumprimento verificado até 03.07.2017.

**11** **Processo n. 0021442-78.2016.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual - decisão proferida em 02.05.2017 (ID ea0641e), julgando líquida a sentença e determinando intimação da reclamada para quitar o montante total da obrigação de pagar, sem cumprimento verificado até 03.07.2017.  
O processo está na pasta de tarefa "Preparar comunicação - Ana Luiza - Citação ou Intimação" desde 03.05.2017.

**12** **Processo n. 0021203-11.2015.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual entre a decisão proferida em 29.09.2016 (ID aa00cfb), homologando os cálculos e determinando o lançamento de conta e citação da reclamada, e o respectivo cumprimento verificado entre 03.03 e 07.03.2017 (IDs 3b4b672 - c0aaec6) após a petição do reclamante apresentada em 13.01.2017 (ID 7a3a7b3), solicitando prosseguimento.

**13** **Processo n. 0020379-18.2016.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual entre a petição de prosseguimento apresentada pelo reclamante em 20.03.2017 (ID 3ee0a5c) e a decisão subsequente proferida em 25.04.2017 (ID aa42b1c), Em seguida, é verificado o respectivo cumprimento apenas em 30.05.2017 (Mandado de penhora de créditos - ID 7730889).

**14** **Processo n. 0020763-78.2016.5.04.0663**



**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** 1) demora no impulso processual entre a decisão proferida em 03.10.2017 (ID 3c0e2a2), determinando a atualização do saldo devedor e a tentativa de bloqueio de valores mediante Bacenjud, e o respectivo cumprimento verificado entre 17.11 e 09.12.2016 (IDs 58ad7b6 - 78f77c1). 2) Demora no impulso processual entre a juntada de certidão negativa do convênio BacenJud em 10.02.2017 (ID 9dcff19) e a consulta realizada junto ao convênio Renajud em 03.04.2017 (ID 09e3c2d).

**15** **Processo n. 0020253-36.2014.5.04.0663**

**Fase: Execução**

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – despacho proferido em 02.03.2017 (ID), determinando o lançamento da conta e subsequente prosseguimento da execução, sem cumprimento verificado até 03.07.2017.

## 6.12 EXAME DOS PROCESSOS FÍSICOS

Para as observações realizadas neste item, foram analisados 05 autos físicos solicitados à Unidade Judiciária a partir de listagem com 50 processos aleatórios gerada no sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria.

**1** **0000346-75.2014.5.04.0663**

**Fase:** Execução.

**Aspectos gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

**2** **0001390-74.2010.5.04.0662**

**Fase:** Execução.

**Aspectos gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

**3** **0000535-53.2014.5.04.0663**

**Fase:** Execução.

**Aspectos gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

**4** **0000680-12.2014.5.04.0663**

**Fase:** Execução.

**Aspectos gerais dos autos:** 1) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 64 não especifica o tipo de peça trazida aos autos pela parte reclamada (embargos de declaração) – Art. 101, parágrafo único da CPC/2015; 2) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 76 não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 85 e 86) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. – Art. 101, parágrafo único da CPC/2015.

**Movimentação processual:** 1) demora no impulso processual: após a manifestação da reclamada, em 21.02.2017, conforme determinado no despacho de fl. 109, permaneceram os autos sem qualquer movimentação até 12.05.2017 (fl. 113), quando lançada certidão de cálculos.



5

0000590-38.2013.5.04.0663

**Fase:** Liquidação.

**Aspectos gerais dos autos:** 1) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 199 não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 205 e 206) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. – Art. 101, parágrafo único da CPCr.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2016.

## 6.13 EXAME DOS LIVROS

A cobrança de carga é feita a cada 15 dias. Segundo o Diretor de Secretaria, há pouca necessidade de cobrança dos mandados dos Oficiais de Justiça.

### 6.13.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	0000456-45.2012.5.04.0663	17.03.2017
2	0000772-58.2012.5.04.0663	27.03.2017
3	0001487-03.2012.5.04.0663	31.03.2017
4	0000585-79.2014.5.04.0663	31.03.2017
5	0001342-21.2010.5.04.0661	11.04.2017
6	0124500-65.2000.5.04.0661	15.05.2017
7	0000040-14.2011.5.04.0663	26.05.2017
8	0000029-48.2012.5.04.0663	31.05.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.06.2017)

### 6.13.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	0012800-69.2009.5.04.0661	17.05.2017
2	0000384-87.2014.5.04.0663	12.06.2017
3	0001454-13.2012.5.04.0663	19.06.2017
4	0000988-19.2012.5.04.0663	23.06.2017
5	0174200-89.2009.5.04.0662	23.06.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.06.2017)

## 6.14 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 26, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.



## 6.15 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria, após a liquidação da sentença, quando homologada a conta e apurado crédito de valor incontroverso, o depósito recursal é liberado em favor do credor e citada a reclamada pela diferença apurada. A citação é feita pelo artigo 523 do CPC, na pessoa do advogado.

## 6.16 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que é instaurado o incidente de despersonalização, de ofício, depois do resultado negativo aos convênios Bacenjud e Renajud. É feita então pesquisa cadastral no convênio InfoJud e Jucergs para identificação de grupo econômico ou quadro societário. Após, é feita a citação do sócio.

## 7 OUVIDORIA

Consta na Ouvidoria deste TRT 01 expediente relativo à 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo durante o período correccionado.

Ano	Protocolo n.	Processo n.
2016	2190/2016	0020261-61.2016.5.04.0204

## 8 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O processo judicial eletrônico foi implantado no Foro em 17.09.2014. Atualmente, 66% dos processos tramitam por meio eletrônico e 34% por meio físico. Dos que tramitam em meio físico, 63% encontram-se na fase de execução/execução encerrada/execução previdenciária.

O acervo de processos em tramitação cresceu 9,85% na Unidade correccionada e apenas 5% nas unidades com mesma tramitação processual.

Houve redução de 2,59% no número de processos pendentes de solução na fase de conhecimento e redução de 3,88% no número de processos pendentes de finalização nessa fase, no período correccionado. A quantidade de acordos nos processos solucionados aumentou no período, mas, ainda assim, foi menor que a média das unidades de porte similar. Tanto o prazo médio do ajuizamento ao fim da instrução como o da conclusão à prolação da sentença diminuíram no período e passaram a ser menores que o prazo da média das unidades de mesmo porte.

Verificou-se considerável aumento (44,13%) na quantidade de processos pendentes na fase de execução. Os prazos médios do início ao fim da execução e do ajuizamento ao arquivamento, por outro lado, sofreram redução em relação ao período anterior, ficando menores que os prazos médios das unidades similares.

Os Juízes que atuam na Unidade fazem entre 5 e 6 pautas na semana (J1, 4 pautas e J2, uma ou duas pautas), estando os prazos adequados para a realização da audiência inicial. O Juiz Titular comparece na Vara diariamente.

Quanto ao BNDT, foram encontrados vários processos com execução encerrada definitivamente e que ainda têm devedores inscritos no Banco, motivo pelo qual a unidade deve atentar para a correção dos registros.



A Unidade conta com 11 servidores, número que corresponde à lotação fixada com base nas faixas de movimentação processual definidas no anexo III da Resolução 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Não há rotatividade de servidores, à exceção do recente período em que houve troca da titularidade da Unidade. Foi implementada uma função de Assistente de Execução – FC4 e a servidora auxilia o Juiz Titular nas sentenças de conhecimento. A partir de 03 de maio desse ano, a Unidade iniciou a migração para o trabalho dividido por carteira, por numeração final. Por hora, a Unidade ainda utiliza um sistema misto de trabalho (carteira e tarefas) e os servidores realizam as mesmas tarefas, tanto nos processos físicos, como nos eletrônicos. Diariamente, os servidores revisam os processos sob sua responsabilidade.

O Diretor elogiou muito a equipe de trabalho, ressaltando a integração existente entre todos. Há uma estagiária atuando na Secretaria e, segundo ele, seria muito útil a contratação de mais um. A Unidade acompanha as metas do CNJ, procurando cumpri-las.

O Diretor solicitou a contratação de mais um estagiário. Solicitou, também, fossem regulamentados o horário de atendimento por telefone e que tipo de informações podem ser fornecidas por tal meio. Requereu, por fim, fosse providenciada a padronização do layout da Unidade, semelhante às demais do Foro.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho dos Juízes em exercício e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Registra-se o comprometimento do Diretor de Secretaria, Gonçalo Lautert Moretto, e a boa condução da equipe. Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos Servidores, demonstrando haver perfeita integração entre todos na unidade.

## **9 RECOMENDAÇÕES**

### **9.1. MAGISTRADOS**

#### **ITEM 5.4 (Prazo médio das audiências de encerramento da instrução)**

Constatou-se, na Correição, que são realizadas 12 audiências de instrução por semana pela Juíza Titular e 5 instruções por semana pela Juíza Substituta. Registra-se, ainda, que as primeiras datas disponíveis para a realização da audiência de instrução são superiores a 180 dias.

Recomenda-se, portanto, que sejam realizadas, na Unidade, maior número de audiências de instrução por semana para fins de ser observado o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial. Ressalta-se que deve ser priorizada a realização de acordos.

#### **ITENS 4.2.1 (META 1/2017) e 4.2.3 (META 3/2017)**

Recomenda-se que sejam adotadas as medidas necessárias para o cumprimento dessas metas neste ano, considerando-se que há indicativo de não cumprimento das metas relativas ao percentual de julgamento e conciliações na fase de conhecimento.

### **9.1. SECRETARIA**

#### **ITEM 4.2.4 (Meta CNJ 5/2017)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que há indicativo de não cumprimento da meta.



## ITEM 5.8 e 6.11.1 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

## 10 DETERMINAÇÕES

### 10.1. SECRETARIA

#### ITEM 6.10 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 6.9**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto n. 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

#### ITEM 6.11.1 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) no processo n. **0020212-69.2014.5.04.0663**, faça os seguintes ajustes, pelo menu Processo>Outras ações>Lançar Movimentos: **Baixado o incidente/recurso**, tipo embargos de declaração, e **Alterado o tipo de petição**, com indicação de “embargos de declaração”;
- b) retire a marcação do pedido de “antecipação de tutela” no processo n. **0020182-63.2016.5.04.0663** (menu **Processo >outras ações>retificar autuação**);
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos “embargos à execução” opostos no processo n. **0173800-75.2009.5.04.0663**;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à extinção da “impugnação à sentença de liquidação” oposta no processo n. **0010049-64.2013.5.04.0663**;
- e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da “exceção de pré-executividade” oposta no processo n. **0000013-31.2011.5.04.0663**.

#### ITEM 6.11.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **606 processos parados**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos). Determina-se que a Unidade Judiciária, se ainda mantida a situação constatada, regularize os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:



- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de n. **0000362-63.2013.5.04.0663** e **0000728-05.2013.5.04.0663**, dentre outros;
- b) archive processos como o de n. **0068500-37.2003.5.04.0662**, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito e/ou atualize os registros em processos como os de n. **0000121-95.2013.5.04.0661**, **0000868-50.2010.5.04.0661**, **0000699-18.2014.5.04.0663**, **0000040-09.2014.5.04.0663**, **0001153-66.2012.5.04.0663** e **0001079-86.2010.5.04.0661**, dentre outros;
- d) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como nas de n. **0001021-09.2012.5.04.0663** e **0000206-41.2014.5.04.0663**, dentre outras;
- e) evite o uso indiscriminado de andamentos internos, regularizando a situação atual no processo de n. **0000018-82.2013.5.04.0663**, dentre outros.

### ITEM 6.11.3 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações e determinações:

- a) Realize a movimentação adequada ao **processo n. 0020039-45.2014.5.04.0663** nos termos da audiência realizada em 13.08.2015 (ID 7c33886).
- b) Cumpra a sentença (ID 688bb43) proferida no **processo n. 0020324-67.2016.5.04.0663** no que se refere à intimação das partes;
- c) Realize a conclusão necessária à apreciação da petição (ID 7bbf1d4) protocolada em 29.05.2017 no **processo n. 0021339-71.2016.5.04.0663**;
- d) Cumpra a decisão (ID 7e74ccc) proferida no **processo n. 0020221-31.2014.5.04.0663**;
- e) Cumpra a decisão (ID ea0641e) proferida no **processo n. 0021442-78.2016.5.04.0663**;
- f) Cumpra a decisão (ID 96e0c20) proferida no **processo n. 0020253-36.2014.5.04.0663**;
- g) Como forma de evitar a ocorrência da situação observada no **processo n. 0020039-45.2014.5.04.0663**, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- h) Atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos, decisões e sentenças com determinações nesse sentido.
- i) Aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne aos pedidos de homologação de acordo ou às manifestações referentes a eventual descumprimento.
- j) Em decorrência dos apontamentos realizados nos **processos n. 0020662-75.2015.5.04.0663**, **0020010-24.2016.5.04.0663**, **0020242-36.2016.5.04.0663**, **0020221-31.2014.5.04.0663**, **0021442-78.2016.5.04.0663**, **0021203-11.2015.5.04.0663**, **0020379-18.2016.5.04.0663** e **0020253-36.2014.5.04.0663**, cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões proferidos em execução, em especial, no que concerne ao lançamento de conta, expedição de mandado de citação e utilização dos convênios pertinentes à busca e bloqueio de bens e valores;



k) Transcorrido *in albis* o prazo para manifestação do Procurador das partes; realize, com a maior brevidade possível, a diligência subsequente necessária a identificação do correto endereço das executadas, como forma de evitar a recorrência da situação identificada no **processo n. 0021003-04.2015.5.04.0663**;

l) Após a confirmação do resultado negativo de diligências tentadas em fase de execução, realize o impulso processual subsequente com a maior brevidade possível, como forma de evitar a recorrência das situações identificadas nos **processos n. 0020242-36.2016.5.04.0663 e 0020763-78.2016.5.04.0663**.

## ITEM 6.12 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 228 do CPC;

b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, com referência expressa à peça processual trazida aos autos e aos documentos que, eventualmente, a acompanhem, nos termos do art. 101, parágrafo único, da CPCR.

## ITENS 6.13.1 e 6.13.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 6.13.1 e 6.13.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

## 10.2 MAGISTRADOS

### ITEM 5.10 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que a Juíza Flávia Cristina Padilha Vilande, em 15 dias, profira sentença no processo n. **0020099-18.2014.5.04.0663**.

Na data da publicação deste relatório, não remanescem pendências apontadas no item 5.10, em relação aos Juízes **Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Cássia Ortolan Grazziotin, Marcelo Caon Pereira e Marina Dos Santos Ribeiro**. Nada a determinar, portanto.

## 11 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

As solicitações relativas a redução do horário de atendimento ao público já são objeto de providência da Vice-Corregedoria, tendo em vista o número de solicitações feitos pelas demais Unidades.

## SOLICITAÇÃO À SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



Solicita-se à **Secretaria de Gestão de Pessoas (Estágios – Seção de Ingresso e Remoção)** que informe sobre possibilidade de contratação de mais um estagiário de Direito para essa unidade.

## **SOLICITAÇÃO À SEMPRO**

Solicita-se à **SEMPRO** um estudo sobre a disposição das divisórias e mobiliário do balcão da secretaria para fins de igualar ao layout das demais Unidades do foro.

## **12 PRAZO PARA RESPOSTA**

**12.1 O Diretor de Secretaria** deverá cientificar os demais servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail [vice\\_cor@trt4.jus.br](mailto:vice_cor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**12.2 A Juíza Flávia Cristina Padilha Vilande** deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **13 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, a Diretora de Secretaria e os demais servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, das 14h30min às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa comarca. Compareceram os repórteres Mateus Miotto, da rádio Uirapuru; Matheus Moraes, do Jornal Diário da Manhã e Cristian Queiroz, da Rádio Planalto. O Vice-Corregedor também concedeu entrevista, por telefone, à Jornalista Julia Maziero Possa, do Jornal “O Nacional”. Compareceram, ainda, os representantes da OAB, subseção Passo Fundo, Morgana Bordignon, Vice-Presidente, e Renata Luz Pedro, Conselheira; além das advogadas Giana Pante e Rosane Viegas Fardin.

## **14 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juiz Titular Marcelo Caon Pereira, pela Juíza Substituta Cássia Ortolan Grazziotin, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**MARÇAL HENRI FIGUEIREDO**  
Vice-Corregedor Regional